

Austral Resseguradora S.A.

**Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2022**

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

Índice

Relatório da administração.....	3
Resumo do relatório do comitê de auditoria.....	5
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	7
Balanços Patrimoniais.....	12
Demonstrações do resultado	14
Demonstrações do resultado abrangente.....	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.....	18

Relatório da administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

A Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”) foi autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar com resseguro e retrocessão em 1º de fevereiro de 2011, por meio da Portaria SUSEP nº 3.908.

A Companhia é uma resseguradora local, que oferece, além da capacidade em resseguro, um serviço voltado à necessidade de seus clientes, com uma subscrição técnica e responsável, viabilizando eficiência na alocação de capital e o desenvolvimento do mercado, associado a uma gestão de risco constante e criteriosa.

Em 28 de abril de 2022, a AM Best, agência global de avaliação de riscos do segmento de seguros e resseguros, reafirmou o rating de Força Financeira (FSR) de B++ (Bom) e o Rating de Crédito de Longo Prazo (ICR de Longo Prazo) de “bbb+” para o Grupo Austral. A perspectiva do grupo foi mantida como positiva.

Na avaliação da AM Best, a perspectiva positiva refletiu a melhoria na condição da força do balanço patrimonial da Companhia, caracterizado pela agência como muito forte. O relatório destaca ainda o amplo programa de gerenciamento de riscos e redução das linhas com alta volatilidade, além da sólida estratégia de retrocessão para proteção e mitigação dos riscos que assume.

A seguir os principais números e indicadores da Austral Resseguradora, nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021:

(Valores em milhões de Reais, exceto quanto aos percentuais)

Descrição	30/06/2022	30/06/2021	Varição	Varição(%)
Prêmios Emitidos Líquidos	722,8	412,9	309,9	75,1%
Prêmio Ganho	613,5	417,4	196,1	47,0%
Sinistros Ocorridos	(486,4)	(333,6)	(152,8)	45,8%
Despesas Administrativas	(27,5)	(18,7)	(8,8)	47,1%
Resultado Financeiro	27,1	3,2	23,9	741,9%
Lucro/(Prejuízo) Líquido do semestre	22,5	(1,5)	24,0	1.600,0%
Patrimônio Líquido	360,2	325,1	35,1	10,8%
Índice de Despesas Administrativas	3,8%	4,5%	0,69 p.p.	
Índice de Sinistralidade	79,3%	79,9%	0,63 p.p.	
Índice Combinado	89,8%	90,0%	0,20 p.p.	

Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram R\$ 722,8 milhões neste semestre, representando um aumento de R\$ 309,9 milhões (75,1%) em relação ao primeiro semestre de 2021. Os prêmios ganhos também apresentaram um crescimento relevante quando comparados ao semestre anterior, alcançando o valor de R\$ 613,5 milhões, o que retrata um incremento de R\$ 196,1 milhões

(47%) em relação ao primeiro semestre de 2021. O índice de despesas administrativas foi de 3,8% (4,5% em 30 de junho de 2021).

O índice de sinistralidade geral nesse semestre de 2022 ficou em 79,3%, contra 79,9% no semestre anterior. O índice combinado, por sua vez, atingiu 89,4% nesse semestre, contra 90,0% no mesmo período de 2021. A significativa melhora desses índices no semestre já são um reflexo dos impactos positivos na carteira após a reestruturação do portfólio, onde determinadas linhas de negócio foram reduzidas e houve maior incentivo a expansão das carteiras *core*.

A política de investimentos da Companhia, adequada à realidade dos seus negócios e aderente aos normativos vigentes, gerou um resultado financeiro de R\$ 27,1 milhões, ante aos R\$ 3,2 milhões do mesmo período no ano anterior. O resultado superior foi, em grande parte, reflexo do aumento da taxa de juros Selic.

Como consequência dos fatores citados acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 22,5 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2022 (prejuízo de R\$ 1,5 milhões em 30 de junho de 2021). O patrimônio líquido da Companhia encerrou o primeiro semestre de 2022 em R\$ 360,2 milhões, contra R\$ 325,1 milhões em junho do ano anterior.

Os Administradores declaram que a Companhia possui capacidade financeira que viabilize as perspectivas para os próximos exercícios. Ademais, declaram não haver nesse exercício qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

Por fim, a Companhia, agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor pelo apoio e pelas orientações oferecidas ao longo deste exercício, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2022

Administração.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da Austral Participações S.A. e da Austral Resseguradora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a **Austral Resseguradora S.A.** (Austral Resseguradora ou “Companhia”), funciona em conformidade com o seu estatuto social da Companhia e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras, (ii) a eficácia do sistema de controles internos, e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2022, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras intermediárias; e (vi) análise e acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Companhia para enfrentamento dos efeitos da crise gerada pelo COVID-19.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Resseguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras intermediárias e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às

normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Resseguradora.

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes que está sendo emitido nesta data. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Austral Resseguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Resseguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras intermediárias.

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras intermediárias da **Austral Resseguradora S.A.**, correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2022

Margo Isabel Black
Presidente

Paulo Pereira Ferreira
Membro

Leonardo de Assis Portugal
Membro

Paulo Roberto Batista Machado
Membro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos acionistas da
Austral Resseguradora S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Resseguradora S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Provisões técnicas de resseguros e ativos de retrocessão

Veja as Notas 3.4, 3.8 e 14 das demonstrações financeiras intermediárias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia realiza o teste de adequação de passivos e possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de resseguros: Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR") e Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE"), além das respectivas recuperações ativas de retrocessão relativas a essas provisões técnicas.</p> <p>Tais provisões técnicas, seus respectivos ativos de retrocessão, bem como o teste de adequação de passivos, efetuado com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, percentuais estimados dos contratos de resseguros, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas de juros. Devido à relevância dessas provisões técnicas, dos ativos de retrocessão, e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras intermediárias, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Com base em amostragem, nossos procedimentos de auditoria das provisões técnicas de resseguros e ativos de retrocessão incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com os processos de determinação e mensuração da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), da Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e do teste de adequação dos passivos.- com o suporte técnico de nossos especialistas da área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência das bases de dados e as premissas utilizadas nos cálculos atuariais, tais como expectativa de sinistros, percentuais estimados dos contratos de resseguros, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG – RVNE e do teste de adequação dos passivos e avaliamos se o nível de provisionamento atual da Companhia encontra-se dentro de um intervalo aceitável, bem como efetuamos, com base em amostragem, recálculo independente das referidas provisões, e do teste de adequação dos passivos. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras intermediárias.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.

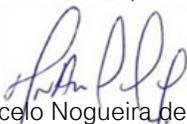
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Balancos Patrimoniais

30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		2.036.267	1.605.781
Disponível		58.586	19.786
Aplicações financeiras	5	383.911	230.791
Créditos das operações com resseguros	7	710.440	656.123
Operações com seguradoras		584.340	511.005
Operações com resseguradoras		126.100	145.118
Ativos de resseguro e retrocessão	14	840.033	648.201
Títulos e créditos a receber	8	20.213	30.012
Títulos e Créditos a receber		4.530	5.886
Créditos tributários e previdenciários		14.823	23.859
Outros créditos		860	267
Outros valores e bens		5.372	3.413
Despesas antecipadas		318	271
Custos de aquisição diferidos	9	17.394	17.184
Não circulante		475.740	587.113
Realizável a longo prazo		458.494	570.558
Aplicações financeiras	5	323.863	440.160
Créditos das operações com resseguros	7	12.629	18.785
Operações com seguradoras		12.629	12.436
Operações com resseguradoras		-	6.349
Ativos de resseguro e retrocessão	14	64.577	53.617
Títulos e créditos a receber	8	49.190	50.747
Custos de aquisição diferidos	9	2.483	1.853
Outros valores e bens		5.752	5.396
Imobilizado		1.412	788
Intangível	10	15.834	15.767
Total do ativo		2.512.007	2.192.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Balanços patrimoniais

30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Passivo	Notas	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		2.027.325	1.744.036
Contas a pagar		6.491	27.229
Obrigações a pagar		2.448	18.388
Impostos e encargos sociais a recolher		891	2.626
Encargos trabalhistas		2.200	1.616
Impostos e contribuições		952	4.599
Débitos das operações com resseguros		472.753	383.019
Prêmio a restituir		5.390	20.636
Operações com seguradoras		5.039	3.045
Operações com resseguradoras	11	438.370	331.966
Corretores de seguros e resseguros		23.058	22.961
Outros débitos operacionais		896	4.411
Depósito de terceiros	12	45.224	47.114
Provisões técnicas	14	1.501.041	1.285.217
Outros débitos		1.816	1.457
Processos judiciais	13	-	-
Débitos diversos		1.816	1.457
Não circulante		124.442	106.884
Débitos das operações com resseguros		11.583	13.152
Operações com resseguradoras	11	11.583	12.980
Corretores de seguros e resseguros		-	172
Provisões técnicas	14	108.093	88.988
Outros débitos		4.766	4.744
Patrimônio líquido	16	360.240	341.974
Capital social		338.669	251.763
Aumento capital social (em Aprovação)		-	86.906
Reserva de capital		4.286	2.072
Reserva de lucros		7.250	7.250
Ajuste de avaliação patrimonial		(12.427)	(6.017)
Lucro acumulado		22.462	-
Total do passivo e patrimônio líquido		2.512.007	2.192.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por lote de mil ações - em reais)

	Notas	30/06/2022	30/06/2021
Prêmios emitidos		722.800	412.884
Variações das provisões técnicas		(109.285)	4.494
Prêmios ganhos	20/ 22.a	613.515	417.378
Sinistros ocorridos	22.b	(486.352)	(333.608)
Custos de aquisição	22.c	(17.308)	(13.212)
Outras receitas e despesas operacionais	22.d	(7.854)	(3.890)
Resultado com retrocessão	22.e	(51.893)	(47.087)
Despesas administrativas	22.f	(27.573)	(18.749)
Despesas com tributos	22.g	(11.850)	(6.300)
Resultado financeiro	22.h	27.126	3.222
Receitas financeiras		204.823	101.796
Despesas financeiras		(177.697)	(98.574)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		37.811	(2.246)
Imposto de renda	17	(9.388)	383
Contribuição social	17	(5.844)	350
Participações sobre o lucro		(117)	(57)
(=) Lucro (Prejuízo) líquido do semestre		22.462	(1.570)
Quantidade de ações		313.597.651	302.648.450
Lucro (Prejuízo) por lote de mil ações - em reais	19	0,0716	(0,0052)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Lucro/ Prejuízo líquido do semestre		22.462	(1.570)
Ativos financeiros disponíveis para venda		(6.410)	(929)
Varição valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	5.c	(10.683)	(1.548)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	8.b	4.273	619
Total de resultados abrangentes do período, líquido dos impostos		(6.410)	(929)
Total de resultados abrangentes do semestre		16.052	(2.499)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (em aprovação) de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva de capital	Reserva legal				
Saldos em 01 de janeiro de 2021	251.763	-	105.176	-	-	2.337	(28.321)	330.955
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	-	(1.570)	(1.570)
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(929)	-	(929)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(3.400)	(3.400)
Saldos em 30 de junho de 2021	251.763	-	105.176	-	-	1.408	(33.291)	325.056
Saldos em 01 de janeiro de 2022	251.763	86.906	2.072	1.128	6.122	(6.017)	-	341.974
Aumento de capital social (aprovado conforme portaria SUSEP nº 7.941)	86.906	(86.906)	-	-	-	-	-	-
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(6.410)	-	(6.410)
Incentivo baseado em ações	-	-	2.214	-	-	-	-	2.214
Lucro do semestre	-	-	-	-	-	-	22.462	22.462
Saldos em 30 de junho de 2022	338.669	-	4.286	1.128	6.122	(12.427)	22.462	360.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	30/06/2022	30/06/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre	22.462	(1.570)
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	1.705	676
Perda de valor recuperável	(1.207)	(580)
Provisões técnicas líquidas de ativos de retrocessão	381.053	277.714
Outros ajustes	2.535	(3.047)
	406.548	273.193
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(41.593)	(47.420)
Créditos das operações com resseguros	(46.573)	78.356
Títulos e créditos a receber	1.336	(5.121)
Custos de aquisição diferidos	(840)	(248)
Outros créditos	6.366	(3.266)
Débitos de operações com resseguros	87.783	(18.919)
Contas a pagar	(70)	(825)
Depósitos de terceiros	(1.890)	4.294
Provisões judiciais	-	(68)
Provisões técnicas com resseguradoras	(348.916)	(282.779)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.766)	(1.624)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	53.385	(4.427)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(739)	(143)
Aquisição de intangível	(806)	(724)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(1.545)	(867)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre capital próprio	(11.900)	(3.400)
Arrendamento	(1.140)	(264)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento	(13.040)	(3.664)
Redução líquido no caixa e equivalentes de caixa	38.800	(8.958)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	19.786	22.655
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	58.586	13.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), com sede no Brasil e matriz localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 - 3º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto a exploração de operações de resseguros e retrocessão em todos os ramos de seguro, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, podendo participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Em 26 de novembro de 2021, a Austral Participações II S.A., detentora de 76,65% das ações da Companhia, foi incorporada pela Austral Participações S.A., a qual passou a ser detentora da totalidade das ações da Companhia.

1.1. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia opera com resseguros nas modalidades automático e facultativo, tanto proporcionais, quanto não-proporcionais. A atuação ocorre em praticamente todas as linhas de negócio, com riscos pulverizados nos mercados nacional e internacional, nesse caso com foco na América Latina, contando com seu escritório em Bogotá, Colômbia.

Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outro, total ou parcialmente, um risco assumido através da emissão de uma apólice ou um conjunto delas. Dessa forma, reduz-se a responsabilidade na aceitação de um risco considerado excessivo, cedendo a outro uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa manter a solvência dos seguradores, através da diluição dos riscos, quando há a possibilidade de grande sinistralidade, como na ocorrência de grandes tragédias, por exemplo. Em alguns casos, por força de contrato ou regulação, o resseguro passa a ser obrigatório.

A Companhia opera em praticamente todas as linhas de negócio com contratos automáticos e facultativos:

- **Contratos Automáticos** – São operações de resseguro nas quais a cedente (seguradora) cede ao ressegurador uma carteira de riscos ou apólices, podendo a cedente subscrever essas apólices de forma automática de acordo com regras, condições e prazo previamente estabelecidos em contrato.
- **Resseguro Facultativo** – São operações de resseguro nas quais a cedente cede ao ressegurador uma parcela dos riscos ou apólices individualmente, ou seja, caso a caso. Desta forma, o ressegurador terá a faculdade de analisar e aceitar cada risco ou apólice de forma individual.

Dentre os contratos automáticos, a Companhia atua tanto com contratos proporcionais (principalmente contratos de cota-parte ou de excedente de responsabilidade), como com contratos não proporcionais (principalmente excesso de danos, mas também com alguns contratos de *stop loss*).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

As principais linhas de negócio de resseguros com atuação da Companhia são listadas a seguir:

i. Patrimonial (*property* e engenharia)

Refere-se a cobertura de danos suscetíveis a avaliação financeira objetiva. Subdivide-se em danos emergentes, definidos como aquilo que o patrimônio do prejudicado efetivamente perdeu (abrangem os danos materiais e os prejuízos financeiros), e em perdas financeiras, definidas como redução ou eliminação de expectativa de aumento do patrimônio.

É a principal linha de negócio da Companhia, principalmente para contratos automáticos no Brasil e na América Latina.

ii. Marine & Energy

O seguro marítimo ("Marine") tem por finalidade garantir indenizações por perdas ou danos a embarcações e seus acessórios, bem como às mercadorias nelas embarcadas, frete, lucro esperado ou quaisquer outros interesses que possam ser monetariamente mensurados. A cobertura estende-se a qualquer tipo de modalidade de navegação, seja ela em águas marítimas, fluviais ou lacustres.

O seguro de riscos de petróleo ("Energy") garante cobertura para bens, equipamentos e responsabilidade civil, decorrente dos riscos ligados às operações de prospecção, perfuração e produção de petróleo e/ou gás, em terra ("on shore") e no mar ("offshore").

iii. Responsabilidade civil (*casualty*)

As principais linhas consideradas nesse segmento são: responsabilidade civil geral, responsabilidade civil proporcional – E&O e D&O.

Responsabilidade civil é a obrigação legal de reparar danos, imposta àquele que pelos mesmos for responsável. O seguro de responsabilidade civil garante ao segurado, responsável por danos causados a terceiros, o pagamento e/ou reembolso das reparações que for condenado a pagar, atendidas as disposições do contrato, além do reembolso de despesas emergenciais efetuadas para tentar evitar e/ou minorar os danos.

iv. Garantia (*surety bonds*)

O Seguro garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado.

A Companhia opera apenas com contratos automáticos nesta linha de negócio. Atualmente as principais modalidades são garantia judicial (principalmente no Brasil), garantia de performance e fiança locatícia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

v. Automóvel

A Companhia opera com alguns contratos de resseguro para automóveis no país, principalmente com cedentes (seguradoras) pequenas e médias, que desejam reduzir sua volatilidade ou obter um alívio na necessidade de capital regulatório.

vi. Aeronáutico

Trata-se de uma linha de negócio altamente especializada, onde a Companhia atua, no Brasil e na América Latina, em parceria com uma agência de subscrição de riscos terceirizada, a qual, acreditamos, detém expertise e histórico no segmento.

vii. Agrícola (Rural)

Esses contratos cobrem a produção das safras agrícolas.

O seguro rural é um dos mais importantes instrumentos de política agrícola, por permitir ao produtor proteger-se contra perdas decorrentes, principalmente, de fenômenos climáticos adversos.

O objetivo maior do seguro rural é oferecer coberturas que, ao mesmo tempo, atendam ao produtor e à sua produção, à sua família, à geração de garantias a seus financiadores, investidores, parceiros de negócios, todos interessados na maior diluição possível dos riscos, pela combinação dos diversos ramos de seguro.

viii. Outras linhas de Property & Casualty

Contratos automáticos de riscos diversos, riscos de segurança cibernética, e outras linhas eventuais, buscando manter níveis confortáveis de retrocessão. Em negócios facultativos, a Companhia também participa de negócios de transporte de valores, linha na qual possui boa experiência e capacidade de análise.

ix. Pessoas (vida, acidentes pessoais, saúde e viagem)

Contratos automáticos de vida e acidentes pessoais e alguns riscos facultativos de vida em grupo (quando os grupos são grandes, os modelos de precificação se assemelham muito aos aplicáveis aos contratos automáticos).

A atuação da Companhia em resseguros de ramos de pessoas engloba tanto a proteção de carteiras existentes das seguradoras quanto o auxílio na criação de novos produtos ou coberturas.

A Companhia também é parte de alguns contratos de resseguro em saúde, na modalidade excesso de danos.

Estes seguros têm por objetivo garantir o pagamento de indenização, observadas as condições contratuais e as garantias contratadas. São exemplos de seguros de pessoas: seguro de vida,

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

seguro funeral, seguro de acidentes pessoais, seguro educacional, seguro viagem, seguro prestamista, seguro de diária por internação hospitalar, seguro desemprego (perda de renda), seguro de diária de incapacidade temporária e seguro de perda de certificado de habilitação de voo.

Os seguros de pessoas podem ser contratados de forma individual ou coletiva. Nos seguros coletivos, os segurados aderem a uma apólice contratada por um estipulante, que tem poderes de representação dos segurados perante a seguradora, nos termos da regulamentação vigente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações, da Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, dos pronunciamentos técnicos, das orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, do Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA, quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP".

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias foi concedida pelo Conselho da Companhia em 31/08/2022.

2.1. Base de mensuração

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias estão expressos em Reais - (R\$), e foram arredondados para milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos passivos de arrendamento, que foram reconhecidos pelo valor presente das obrigações, e dos seguintes itens, que foram reconhecidos no balanço patrimonial a valor justo:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 7); e
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo (nota 7).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira foram convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação ou do dia útil imediatamente anterior. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações foram reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço e as diferenças decorrentes da conversão foram lançadas diretamente contra o resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são:

3.1. Disponível

Refere-se ao dinheiro em caixa e saldos positivos em contas corrente, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e é utilizado pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia possui 100% de suas operações classificadas como seguros e exerceu a opção prevista na revisão do pronunciamento técnico número 12 que prevê a possibilidade do emissor aplicar a nova norma de instrumentos financeiros (CPC 48/IFRS 9) em conjunto com o IFRS 17 – *Insurance Contracts*, que entrará em vigor apenas a partir de 01/01/2023. Devido a essa exceção, a Companhia aplica a norma CPC 38 – Instrumentos financeiros (IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*) e contabiliza seus instrumentos financeiros, como descrito a seguir:

- **Derivativos**

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 – Brasil, Bolsa Balcão.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, são usadas cotações de preço de mercado para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações adotadas na construção das curvas de rendimento são obtidas principalmente na B3 – Brasil, Bolsa Balcão.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. A Companhia tem sua carteira administrada pela Vinci Partners e seus ativos são registrados contabilmente pelo valor justo com base na marcação de preços em mercado ativo.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, dado o status do mercado e a estratégia de investimentos

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

em alinhamento com a gestão de riscos da Companhia. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço conforme informado pelos Administradores dos respectivos fundos de investimento. O valor de mercado do fundo imobiliário listado em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

- **Disponíveis para venda**

São classificados nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam decorrentes de perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

- **Recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses da data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber, são classificados nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado, deduzido da provisão de redução ao valor recuperável - *impairment*.

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

- **Desreconhecimento**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.3. Custo de aquisição diferidos

As despesas de comissão de seguro são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

3.4. Ativo e passivo de resseguro e retrocessão

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores de curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos retrocessionários. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de que foram objeto de resseguro ou retrocessão, e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos resseguradores e retrocessionários são compostos, substancialmente, por prêmios pagáveis em contratos de resseguros e retrocessão.

A Companhia analisa a recuperação dos ativos de retrocessão regularmente, e, no mínimo, a cada data de reporte. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, reduz o

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

valor contábil do ativo de retrocessão ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do exercício.

A Companhia utilizou as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 / IFRS 4 - Contratos de Seguros, para avaliação da sua carteira e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de retrocessão, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos.

3.5. Salvados e ressarcimentos

Para as operações de seguros, a Companhia apresenta metodologia para constituir estimativa de recebimento de salvados e ressarcimentos em nota técnica atuarial, sendo esta contabilização um redutor das provisões de sinistros. A estimativa corresponde exclusivamente à expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos de sinistros ainda não pagos.

Adicionalmente, não são considerados como redutor das provisões de sinistros a expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos relativa aos sinistros já liquidados, sendo, nesse caso, registrada no ativo. No caso de liquidação parcial, a expectativa de recebimento está limitada ao valor da parcela do sinistro correspondente ainda pendente de pagamento.

Os valores de salvados e ressarcimentos provenientes das operações de resseguros são reconhecidos no balanço de acordo com os valores informados diretamente pela cedente.

3.6. Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

3.7. Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento de softwares de terceiros que são diretamente usados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

amortizados durante sua vida útil estimada. Caso haja indicativo de perda, testes de *impairment* são aplicados, a fim de indicar eventuais necessidades de ajuste do valor do ativo Intangível.

3.8. Provisões técnicas

As provisões técnicas para garantia dos contratos de resseguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras e resseguradoras e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguro.

Contratos de resseguro são contratos em que a Companhia acorda com uma seguradora a aceitação de um único risco ou de uma carteira de riscos, podendo, inclusive, aceitar apenas parte dos mesmos. Nesses contratos, obriga-se a pagar as indenizações relativas a sinistros cobertos pela cedente e devidamente amparados pelo contrato de resseguro.

Todas as metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico.

- **Provisão de prêmios não ganhos - PPNG**

É constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base do cálculo, contemplando a estimativa para contratos vigentes e não emitidos.

Para cálculo da parcela de riscos vigentes já emitidos, utilizam-se metodologias diferenciadas para cada tipo de contrato de resseguro, em linha com as normas e orientações e com a exposição ao risco de cada contrato e obedecidos os critérios estabelecidos em legislação vigente.

Estima-se o total de provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e não emitidos para os contratos facultativos e não proporcionais a partir da utilização das taxas médias de atraso históricas verificadas na carteira. Para o cálculo desta parcela, aplicam-se os fatores de atraso médio subjetivamente selecionados sobre a provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes emitidos, da data-base correspondente, de forma que qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores seja mais rapidamente ajustada à provisão.

Em relação à parcela de provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos de contratos proporcionais, o diferimento das parcelas deste prêmio proporcional é obtido a partir das características atreladas aos riscos dos respectivos prêmios proporcionais lançados, uma vez que esses são apurados a partir dos prêmios efetivos, informados nas contas técnicas, e dos prêmios estimados dos contratos.

- **Provisão de sinistros a liquidar - PSL**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Corresponde à melhor estimativa dos valores de sinistros administrativos e judiciais que serão pagos, considerando suas posições mais atualizadas conforme atualização da cedente e análises internas. Os valores que constituem a provisão de sinistros a liquidar contemplam as atualizações monetárias dos sinistros e todas as expectativas de salvados e ressarcimentos relacionados.

- **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados – IBNR**

A provisão de IBNR, consiste na melhor estimativa atuarial do montante de sinistros administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não reportados à Companhia até a data-base de cálculo.

A Companhia estima sua provisão utilizando metodologia própria de desenvolvimento de sinistros através dos métodos de Chain Ladder e Bornhuetter-Ferguson, sempre analisando a aderência da estimativa via testes de consistência mensais. Apenas para contratos específicos, a Companhia utiliza metodologia de sinistralidade esperada na apuração de reserva de IBNR.

A Companhia avalia suas provisões regularmente de forma a adaptar seu modelo para suas diferentes linhas de negócio, sendo este devidamente descrito em Nota Técnica Atuarial.

- **Provisão de excedente técnico - PET**

A provisão de excedente técnico tem como objetivo provisionar os valores devidos pela Companhia, de acordo com o resultado dos contratos que apresentam cláusula de participação nos lucros, no *claim bonus* ou cláusula de comissão escalonada (*sliding scale*).

A provisão de excedente técnico é realizada por contrato, de acordo com critérios específicos previamente definidos entre as partes, e ajustada ou revertida à medida que os valores provisionados são efetivamente liquidados.

- **Provisão de despesas relacionadas - PDR**

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

- **Teste de adequação de passivo**

Em cada data de balanço (semestralmente), a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de seguros, resseguro e retrocessão, vigentes na data-base através do teste de adequação de passivos. O teste de adequação de passivo foi realizado, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais, baseados em dados atualizados e consistentes com as informações presentes no mercado financeiro. A Companhia aplica metodologias correspondentes às parcelas do passivo a fim de obter

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros projetados. As estimativas dos fluxos de caixa são preparadas em diversas moedas além do Real e Dólar. Especificamente para operações em moeda nacional, utiliza-se a ETTJ livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – AMBIMA disponibilizada pelo site da SUSEP para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utiliza-se a curva de cupom cambial disponibilizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Uma vez que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP não disponibiliza curvas específicas para as demais moedas em que a Companhia opera, a Companhia estimou uma curva para cada moeda individualmente, de forma que todos os fluxos fossem trazidos a valor presente a partir da aplicação da curva de desconto específica referente à sua respectiva moeda de emissão.

A premissa de sinistralidade utilizada para projeção de sinistros futuros oriundos dos negócios vigentes na data-base do estudo tem como base uma análise criteriosa da carteira e resultados históricos internos e de mercado em cada linha de negócio. O fluxo de despesas relacionadas aos sinistros futuros é resultado da análise de métricas de percentuais históricos. Foi projetado nesse estudo um fluxo de despesas administrativas para manutenção dos negócios vigentes até o término do *run-off*.

Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo indicou que as provisões constituídas deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro vigentes.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Companhia, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

3.9. Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

A Companhia utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes aplicados individualmente a cada contrato de acordo com as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3.10. Provisões para ações judiciais

As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas, efetuadas pelo departamento jurídico interno e pela assessoria jurídica externa, dos processos judiciais em curso com provável desembolso futuro. As alterações de estimativas dos processos e os honorários de sucumbência são registradas respectivamente nas linhas de indenizações avisadas e despesas de sinistros, e as atualizações no resultado financeiro.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.11. Benefícios a empregados

- **Pós emprego e convencionais**

A Companhia não possui benefícios na modalidade pós-emprego, apenas mantém os benefícios previstos nas convenções coletivas sindicais tais como plano para participação nos lucros - PLR, o qual está vinculado a um atingimento tanto de metas globais como de metas departamentais e individuais que são estabelecidas e acordadas no início de cada exercício.

- **Plano de incentivo baseado em ações**

A Companhia possui plano de pagamentos baseados em ações (*stock options*) para profissionais elegíveis, que incluiu membros da Administração e empregados. Este incentivo baseado em ações é mensurado e reconhecido ao valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio. A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

3.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são feitas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras intermediárias. As estimativas de realização dos impostos diferidos calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa existentes em 30 de junho de 2022, são reconhecidas de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudos e projeções da administração.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. As diferenças temporárias são utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de diferenças temporárias foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras intermediárias.

3.13. Redução ao valor recuperável

- **Recebíveis**

A Companhia avalia periodicamente se há evidências de risco de inadimplência nos valores de prêmios a receber, ressarcimentos e sinistros a recuperar através de uma análise individualizada dos contratos vencidos acima de 180 dias. A metodologia empregada para determinar o risco considera o prazo de vencimento, o fluxo de pagamentos da contraparte, a qualidade do seu *rating* e informações fornecidos pelas cedentes, histórico de perdas e provisões de sinistros a liquidar que possibilitem compensação de contas. Se, em períodos subsequentes, houver redução da provisão do valor recuperável, o montante da redução é reconhecido no resultado.

- **Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda**

Nas datas das demonstrações financeiras intermediárias, é feita a avaliação de forma individualizada se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro disponível para venda que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável.

- **Outros ativos**

Quando há evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3.14. Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- **Prêmios**

Os prêmios de resseguros cedidos são contabilizados e reconhecidos no resultado com base na vigência do risco dos contratos.

Os prêmios de Resseguro e as despesas de comercialização oriundos de facultativos e não proporcionais, são registrados no momento da aceitação do contrato ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é conhecido em data posterior ao início de vigência do contrato, conforme emissão da cedente. Assim, a emissão do prêmio e das despesas de comercialização pela Companhia são realizadas uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é conhecida alguma sazonalidade de emissão de prêmios da cedente. A Companhia pode aplicar um fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo elaborado pela mesma. Além disso, os prêmios estimados já reconhecidos são ajustados à medida que os prêmios efetivos são informados.

Os prêmios relativos aos contratos de retrocessão cedida são registrados como prêmios de retrocessão cedida e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial. Os prêmios de resseguros e retrocessão e as correspondentes despesas de comercialização são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

- **Sinistros**

Os sinistros de resseguros e de retrocessões compreendem as indenizações e todas as despesas estimadas a incorrer na sua regulação e liquidação.

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

intermediárias.

- Valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 5);
- Crédito das operações com resseguros - Redução do valor recuperável (nota 7);
- Avaliação de ativos e passivos de contratos de seguros, resseguro e retrocessão (nota 4);
- Créditos tributários (nota 8.b);
- Custos de comercialização diferidos (nota 9);
- Salvados e ressarcimentos – Redução do valor recuperável (nota 8.1.a);
- Provisões judiciais (nota 13); e
- Provisões técnicas (nota 14).

3.16. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o período de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária e preferencial no desempenho e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluidoras em circulação durante o exercício.

O cálculo da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais, considera:

- Quantidade de ações em circulação (líquida das ações em tesouraria); e
- Opções de ações exercíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3.18. Normas, interpretações e orientações novas e revisadas

A seguinte norma foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022 e não teve impacto material nos montantes divulgados ou nas respectivas divulgações no período atual nem em períodos anteriores:

Alterações à IAS 16 - Imobilizado - Receitas; Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos e Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (CPC 37 R1).

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o período findo em 30 de junho 2022:

O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros foi emitido em dezembro de 2016 e é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A IFRS 9 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2023.

A Companhia atendeu aos critérios dos normativos e optou pela isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11) e estima adotar o IFRS 9 / CPC 48 em 01/01/2023. Adicionalmente, a Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos dos IFRS supracitados.

O CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada.

Os normativos acima serão aplicáveis quando adotados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Adicionalmente, as seguintes normas e interpretações alteradas não deverão ter um impacto material nas Demonstrações financeiras intermediárias da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações.

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023; e
- Estrutura conceitual para relatório financeiro – CPC 00 (R2).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) que ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes às novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas Demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro

O Grupo Austral adota como definição da estrutura de gestão de risco o conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitem: a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização.

Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO e Enterprise Risk Management – ERM*, em sua versão 2017, cujas etapas de avaliação do ambiente de controle; avaliação de riscos; atividades de controle; atividades de monitoramento; e informação e comunicação são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações. O COSO é reconhecido como uma referência internacional no tema e esta versão vem ao encontro das melhores práticas, alinhando o gerenciamento de risco com a estratégia do Grupo Austral.

O Grupo Austral também utiliza o conceito de três linhas de defesa, recém atualizado pelo Instituto de Auditores Internos – IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e governança dentro de todo o processo de gestão de risco.

A gestão de risco possui relação direta com os objetivos do Grupo Austral, impactando nas estratégias de negócios, na definição de seus controles operacionais internos e na busca da excelência na gestão empresarial.

a) Gestão de risco de Subscrição

Um dos principais riscos nas operações de seguros e resseguros é a possibilidade das condições de aceitação estabelecidas para um determinado risco serem inadequadas diante das responsabilidades efetivamente assumidas ou das provisões técnicas se mostrarem insuficientes. Um dos fatores de risco associado de maior relevância é a frustração de expectativas quanto a frequência e/ou valores a pagar de sinistros, o que implicaria em possível insuficiência dos prêmios e/ou provisões para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas frente aos clientes e/ou no incremento da constituição de reservas a fim de que os valores provisionados sejam suficientes para cobertura destas obrigações.

O Grupo Austral adquire retrocessão como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais e não proporcionais. Na retrocessão proporcional, os riscos (prêmios e sinistros) são cedidos na mesma proporcionalidade. Para as retrocessões não proporcionais, as retrocessionárias se comprometem a indenizar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

a perda. Valores a recuperar junto às retrocessionárias estão estimados de forma consistente em todas as provisões técnicas, de acordo com os contratos de retrocessão.

Para a gestão dos riscos de subscrição de resseguros, o Grupo Austral mantém políticas, diretrizes e procedimentos operacionais para avaliação de subscrição de riscos direcionadas para cada um dos grupos de ramos em que opera. A política de subscrição norteia a tomada de decisões e as ações e os procedimentos adotados para avaliação de riscos a serem subscritos. Os parâmetros adotados para a elaboração de orçamento e definição das metas (produção, comissionamento, sinistralidade, resultado, entre outros) levam em consideração as premissas de gestão de risco e portanto, são atingíveis, sustentáveis e condizentes com a estrutura e capital e visam a geração de lucros estáveis e contínuos. Além disso, a diversificação da carteira, bem como o monitoramento constante desta e do mercado para eventuais ajustes faz parte da estratégia de mitigação dos riscos de subscrição.

O Grupo Austral subscreve riscos em diversos grupos de ramos, considerando os fatores técnicos de cada ramo e contrato. A política de subscrição é suportada pelas diretrizes de subscrição de riscos da carteira, procedimentos de subscrição e pelo regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todos os envolvidos. Para fins de precificação dos riscos da carteira, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis e que respeitem as rentabilidades mínimas estabelecidas pela Companhia, são adotadas ferramentas de precificação atualizadas periodicamente e que fazem uso das melhores práticas de modelagens, consolidadas na comunidade atuarial. Dentre as principais metodologias de precificação encontram-se: avaliação histórica de resultado, análise de atrito e severidade de sinistro, exposição, perfil, rentabilidade e experiência.

Os prêmios emitidos por região, são distribuídos da seguinte forma:

Região	30/06/2022	30/06/2021
Internacional	1.580	11.038
América Latina (ex. Brasil)	118.341	83.248
Brasil	697.223	377.928
Total (*)	817.144	472.214

* Montantes brutos sem RVNE.

Análise de sensibilidade

Para a realização da análise de sensibilidade da sinistralidade, adotou-se como premissa o agravamento de 10% em relação a sinistralidade incorrida por ramo no ano corrente. Adicionalmente, para todos os grupamentos em que a sinistralidade for negativa para o período em questão, utilizaremos a premissa de sinistralidade igual a 10% para fins de análise.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de retrocessão, considerando as seguintes sinistralidades para cada ramo de atuação:

	30/06/2022		
	Base	Cenário 10,0%	Impacto%
Efeitos brutos de retrocessão			
Patrimônio líquido	360.240	388.114	27.874
Lucro líquido do período	22.462	50.336	27.874
Impacto (%) no resultado do período			124,09%
Impacto (%) no patrimônio líquido			7,74%
Efeitos líquidos de retrocessão			
Patrimônio líquido	360.240	377.427	17.187
Lucro líquido do período	22.462	39.649	17.187
Impacto (%) no resultado do período			76,52%
Impacto (%) no patrimônio líquido			4,77%
	30/06/2021		
	Base	Cenário 10,0%	Impacto%
Efeitos brutos de retrocessão			
Patrimônio líquido	325.056	305.924	(19.132)
Lucro líquido do período	(1.570)	(20.702)	(19.132)
Impacto (%) no resultado do período			1.218,60%
Impacto (%) no patrimônio líquido			(5,89%)
Efeitos líquidos de retrocessão			
Patrimônio líquido	325.056	313.587	(11.469)
Lucro líquido do período	(1.570)	(13.039)	(11.469)
Impacto (%) no resultado do período			730,51%
Impacto (%) no patrimônio líquido			(3,53%)

b) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos do Grupo Austral define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários, bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, o Grupo Austral considera a necessidade de caixa e o gerenciamento dos seus ativos e passivos, seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada diariamente através de análise e monitoramento da carteira.

O comitê de investimentos do Grupo Austral, se reúne de forma perene para analisar a performance da carteira, traçar cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para os investimentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Os riscos financeiros podem ser divididos em quatro categorias de risco principais: mercado, crédito, liquidez e cambial. As informações a seguir serão apresentadas conforme cada categoria mencionada.

1) Risco de Mercado

É definido como a possibilidade de perdas resultantes da variação de preços de mercado dos ativos e passivos da Companhia.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value-at-Risk* (VaR), um dos métodos mais tradicionais na gestão deste risco, que consiste numa métrica estatística de avaliação que estima a perda potencial máxima que a carteira poderia sofrer, em um determinado período de tempo, com um determinado intervalo de confiança, se consideradas condições normais de mercado.

Análise de sensibilidade

O Grupo Austral monitora, diariamente, o risco de mercado e sistêmico da sua carteira de investimentos, através do *Value-at-Risk* (VaR) com intervalos de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) e 99% (noventa e nove por cento), nos modelos de simulação com dados históricos e paramétrico, no horizonte de tempo de 1 dia e 252 dias úteis.

Além do exposto acima, o Grupo Austral realiza teste de estresse na variável de juros, maior componente da carteira de investimentos, assim como no câmbio, a ser visto no item 4) desta nota, risco cambial.

Segundo a análise do VaR, tais investimentos poderiam gerar pelo método histórico, com janela de observação de 252 dias úteis, *holding period* de um dia e com nível de confiança de 95%, uma perda de 0,41% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2022(0,45% em 31 de dezembro de 2021), que equivale a R\$ 3.090. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,59% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2022(0,61% em 31 de dezembro de 2021), que equivale a R\$ 4.380.

Ao utilizar o método paramétrico, considerando o VaR com janela de observação de 252 dias úteis, *holding period* de um dia e nível de confiança de 95%, observou-se uma perda de 0,45% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2022(0,41% em 31 de dezembro de 2021), que equivale a R\$ 3.390. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,64% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2022(0,57% em 31 de dezembro de 2021), que equivale a R\$ 4.790.

Além das avaliações do VaR, também são levadas em consideração na performance e alocação de ativos na carteira de investimento, cenário estressado da taxa de juros básica da economia, a SELIC e a taxa implícita dos títulos indexados à inflação. Para tanto, foram considerados os seguintes cenários base, provável e estressados (variação positiva e negativa de 25% e 50% da taxa SELIC, além de variação positiva e negativa de 100bps e 200bps da curva implícita dos títulos indexados à inflação):

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- i. Cenário base: taxa de juros SELIC de 13,15% em 30 de junho de 2022;
- ii. Cenário provável: taxa de juros SELIC de 10,50% estimada para 31 de dezembro de 2023* pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2022;
- iii. Cenário I: redução de 50,0%, em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 6,58%);
- iv. Cenário II: redução de 25,0%, em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 9,86%);
- v. Cenário III: aumento de 25% em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 16,44%); e
- vi. Cenário IV: aumento de 50% em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 19,73%).

30/06/2022		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	(20,02%)	3,03MM
I	(50%)	7,52MM
II	(25%)	3,76MM
III	25%	(3,76MM)
IV	50%	(7,52MM)

*Tendo em vista a indisponibilidade das informações de projeção para o período de junho/2023, fornecidas pelo BACEN, as Demonstrações Financeiras de 30/06/2022 utilizaram, excepcionalmente, as informações de projeção para o período de dezembro/2023.

- i. Cenário base: Foi considerado o mesmo do cenário provável. É o cenário onde a curva da IPCA é igual a curva implícita dos títulos indexados à inflação;
- ii. Cenário I: redução de 200bps, em relação à taxa do cenário base;
- iii. Cenário II: redução de 100bps, em relação à taxa do cenário base;
- iv. Cenário III: aumento de 100bps em relação à taxa do cenário base; e
- v. Cenário IV: aumento de 200bps em relação à taxa do cenário base.

30/06/2022		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto dos impostos
I	(200 bps)	18,99MM
II	(100 bps)	9,49MM
III	100 bps	(9,49MM)
IV	200 bps	(18,99MM)

30/06/2021		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto dos impostos
I	(200 bps)	16,21 MM
II	(100 bps)	8,11 MM
III	100 bps	(8,11 MM)
IV	200 bps	(16,21 MM)

2) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

O Grupo Austral entende que a principal origem do seu risco de crédito é exposição do resseguro para as operações da seguradora e a retrocessão para as operações da resseguradora. Com o objetivo de mitigar tal risco adotou-se análise de Rating de Crédito, determinado por agências classificadoras de riscos. Por ser parte complementar ao

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

processo de subscrição, o rating é observado no processo de aceitação, precificação e alçadas. Adicionalmente, a Companhia monitora as exposições por ressegurador e retrocessionário, bem como acompanha e avalia as mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros, assim como do mercado financeiro.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros, componentes da carteira de investimentos além dos títulos públicos do governo federal, é limitado porque as contrapartes são representadas por emissores com elevado rating de crédito avaliado por agências classificadoras de riscos.

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	30/06/2022							Valor contábil
	Ativos vencidos							
	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Vencidos Superior a 360 dias	
Disponível	58.586	-	-	-	-	-	-	58.586
Disponíveis para negociação								
Privados	39.696	-	-	-	-	-	-	39.696
Públicos	199.216	-	-	-	-	-	-	199.216
Disponíveis para venda								
Privados	104.192	-	-	-	-	-	-	104.192
Públicos	291.026	-	-	-	-	-	-	291.026
Exterior	73.644	-	-	-	-	-	-	73.644
Créditos das operações com resseguros (*)	667.490	18.275	4.981	8.117	3.244	6.305	20.464	728.876
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de resseguro	1.433.850	18.275	4.981	8.117	3.244	6.305	20.464	1.495.236

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	31/12/2021							Valor contábil
	Ativos vencidos							
	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Vencidos Superior a 360 dias	
Disponível	19.786	-	-	-	-	-	-	19.786
Disponíveis para negociação								
Privados	50.011	-	-	-	-	-	-	50.011
Públicos	152.681	-	-	-	-	-	-	152.681
Exterior	3.189	-	-	-	-	-	-	3.189
Disponíveis para venda								
Privados	48.482	-	-	-	-	-	-	48.482
Públicos	287.972	-	-	-	-	-	-	287.972
Exterior	128.616	-	-	-	-	-	-	128.616
Créditos das operações com resseguros (*)	626.346	11.504	5.668	7.342	3.874	6.332	21.983	683.049
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de resseguro	1.317.083	11.504	5.668	7.342	3.874	6.332	21.983	1.373.786

*Os valores de créditos com operações com seguradoras e resseguradoras estão apresentados brutos da provisão para redução de valor recuperável.

As tabelas a seguir apresentam o risco de crédito a que a Companhia está exposta considerando os ratings obtidos através do site da Superintendência de Seguros Privado – SUSEP. O conceito de exposição leva em consideração as provisões de sinistros, prêmios não ganhos já repassados aos resseguradores e créditos a recuperar conforme orientação da Superintendência de Seguros Privado – SUSEP.

Adicionalmente, conforme apresentado, a Companhia possui exposição somente com resseguradores de níveis mínimos: BBB+ e B++, nas agências de risco Standard & Poor's e AM Best, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

(i) Operações da Resseguradora

Standard & Poor's Co	Moody's Investor Services	Fitch Ratings	AM Best	30/06/2022		31/12/2021	
				Exposição (em R\$)	Exposição (em %)	Exposição (em R\$)	Exposição (em %)
AAA	Aaa	AAA	A++	4.760	0,61	5.876	1,0
AA+	Aa1	AA+	A+	172.021	22,09	69.067	11,2
AA	Aa2	AA	A+	1.014	0,13	937	0,2
AA-	Aa3	AA-	A	225.257	28,93	218.575	35,5
A+	A1	A+	A	178.851	22,97	154.758	25,1
A	A2	A	A-	37.171	4,77	120.306	19,5
A-	A3	A-	A-	29.508	3,80	37.019	6,0
BBB+	Baa1	BBB+	B++	130.003	16,70	9.407	1,5
Total				778.585	100,00	615.945	100,00

3) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de o Grupo Austral não ser capaz de cumprir suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

A Administração possui visibilidade diária da carteira, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

O Grupo Austral tem por filosofia ser conservadora em seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Atualmente a Companhia possui 94,82% (90,75% em 31 de dezembro de 2021) da sua carteira em depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 3,83% (4,97% em 31 de dezembro de 2021) dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias e 1,35% (4,28% em 31 de dezembro de 2021) da carteira é composta por um fundo de investimento com prazo de resgate acima de 120 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

30/06/2022

Ativos e passivos

	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Disponível	58.586	-	58.586
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	231.652	7.260	238.912
Ativos financeiros disponíveis para venda	468.862	-	468.862
Crédito das operações de seguros e resseguros	710.440	12.629	723.069
Títulos e créditos a receber	20.213	49.190	69.403
Outros valores e bens	5.372	5.749	11.121
Total de ativos	1.495.125	74.828	1.569.953
Contas a pagar	6.493	-	6.493
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro e retrocessão)	661.008	43.516	704.524
Depósito de terceiros	45.224	-	45.224
Débito das operações de seguros e resseguros	472.753	11.583	484.336
Outros débitos	1.816	4.766	6.582
Total de passivos	1.187.294	59.865	1.247.159

31/12/2021

Ativos e passivos

	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Disponível	19.786	-	19.786
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	203.109	2.772	205.881
Ativos financeiros disponíveis para venda	465.070	-	465.070
Crédito das operações de seguros e resseguros	656.123	18.785	674.908
Títulos e créditos a receber	30.012	50.747	80.759
Outros valores e bens	3.413	5.396	8.809
Total de ativos	1.377.513	77.700	1.455.213
Contas a pagar	27.229	-	27.229
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro e retrocessão)	637.016	35.371	672.387
Depósito de terceiros	47.114	-	47.114
Débito das operações de seguros e resseguros	383.019	13.152	396.171
Outros débitos	1.457	4.744	6.201
Total de passivos	1.095.835	53.267	1.149.102

4) Risco Cambial

O Grupo Austral opera carteira de investimentos em dólares norte americano. Conseqüentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio R\$/US\$ afetará sua demonstração de resultado consolidado e seu balanço patrimonial consolidado.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de câmbio R\$/US\$ na carteira de investimentos em moeda estrangeira foram considerados os seguintes cenários:

- i. Cenário base: taxa de câmbio PTAX de R\$/US\$ 5,23 em 30 de junho de 2022;
- ii. Cenário provável: taxa de câmbio de R\$/US\$ 5,10 estimada para 31 de dezembro de 2023* pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2022;
- iii. Cenário I: redução de 50,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 2,62);
- iv. Cenário II: redução de 25,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 3,93);
- v. Cenário III: aumento de 25% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 6,55); e
- vi. Cenário IV: aumento de 50% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 7,86).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

*Tendo em vista a indisponibilidade das informações de projeção para o período de junho/2023, fornecidas pelo BACEN, as Demonstrações Financeiras de 30/06/2022 utilizaram, excepcionalmente, as informações de projeção para o período de dezembro/2023.

30/06/2022		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	(2,6%)	(6,07MM)
I	(50,0%)	(115,19MM)
II	(25,0%)	(57,60MM)
III	25,0%	57,60MM
IV	50,0%	115,19MM

30/06/2021		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	3,0%	1,28 MM
I	(50,0%)	(21,62 MM)
II	(25,0%)	(10,81 MM)
III	25,0%	10,81 MM
IV	50,0%	21,62 MM

5. Aplicações financeiras

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

30/06/2022									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil (mercado)	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Letras financeiras do tesouro – LFT	Selic	-	15.956	95.766	87.494	199.216	199.148	28,15%	27,20%
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	39.696	-	-	-	39.696	39.696	5,61%	5,42%
II. Títulos disponíveis para venda:									
Notas do tesouro nacional – NTN-B	IPCA	-	-	204.391	19.139	223.530	243.374	31,58%	33,24%
Notas do tesouro nacional – NTN-F	-	-	19.852	47.644	-	67.496	70.777	9,54%	9,67%
Debêntures	CDI+	-	1.119	31.907	-	33.026	32.899	4,66%	4,50%
Títulos públicos no exterior	2,63%	-	73.644	-	-	73.644	74.201	10,41%	10,14%
Títulos privados no exterior	4,17%	-	50.384	20.782	-	71.166	71.982	10,05%	9,83%
Total		39.696	160.955	400.490	106.633	707.774	732.077	100,00%	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

31/12/2021

	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil (mercado)	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Letras financeiras do tesouro – LFT	Selic	-	-	128.537	24.144	152.681	152.670	22,8%	22,3%
Certificado de depósito no exterior	-	-	3.189	-	-	3.189	3.189	0,5%	0,5%
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	50.011	-	-	-	50.011	50.011	7,5%	7,3%
II. Títulos disponíveis para venda:									
Notas do tesouro nacional – NTN-B	IPCA	-	-	198.990	19.467	218.457	232.456	32,6%	34,0%
Notas do tesouro nacional – NTN-F	-	-	-	69.515	-	69.515	70.777	10,4%	10,3%
Debêntures	CDI+	-	5.546	29.553	5.491	40.590	40.526	6,0%	5,9%
Letra financeira – LF	CDI%	-	7.892	-	-	7.892	7.893	1,2%	1,2%
Títulos públicos no exterior	0,02625	-	-	70.960	-	70.960	70.349	10,6%	10,3%
Títulos privados no exterior	5,50%	-	11.472	46.184	-	57.656	56.757	8,6%	8,3%
Total		50.011	28.099	543.739	49.102	670.951	684.628	100,0%	100,0%

(i) Os saldos das quotas de fundos de investimentos são compostos pelos tipos de fundos a saber: Fundo imobiliário R\$ 0 (R\$ 12.998 em 31 de dezembro de 2021), Fundo de crédito privado R\$ 18.603 (R\$ 16.962 em 31 de dezembro de 2021), Fundo de ações R\$ 0 (R\$ 14.004 em 31 de dezembro de 2021), Fundo de investimento em participações R\$ 7.260 (R\$ 8.020 em 31 de dezembro de 2021), Fundo multimercado R\$ 13.833 (R\$1.880 em 31 de dezembro de 2021), Fundo de renda fixa R\$ 0 (R\$ 705 em 31 de dezembro de 2021), e FIDIC R\$ 0 (R\$ 542 em 31 de dezembro de 2021).

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, informado pelos administradores dos respectivos fundos.

O valor de mercado dos fundos imobiliários listados em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

c) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: Preços cotados e não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, por exemplo: Ações listadas, Fundos de Investimentos listados, Títulos Públicos do Governo Federal Brasileiro emitidos no Brasil e no Exterior e Títulos corporativos de companhias brasileiras emitidos no Exterior; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- Nível 02: Os Preços finais são obtidos observando-se outras informações, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços), por exemplo: Fundos de Investimentos não listados, Debêntures, Letras Financeiras e Certificados de Depósito Bancário.

	30/06/2022			31/12/2021		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:						
Fundos de investimento:						
Quotas de fundos de investimentos	-	39.696	39.696	-	38.238	38.238
Quotas de fundos de imobiliários	-	-	-	11.773	-	11.773
Títulos de renda fixa – privados:						
Certificado de depósito no exterior	-	-	-	-	3.189	3.189
Títulos de renda fixa – públicos:						
Letras financeiras do tesouro – LFT	199.216	-	199.216	152.681	-	152.681
II. Títulos disponíveis para venda:						
Títulos de renda fixa – privados:						
Debêntures	-	33.026	33.026	-	40.590	40.590
Letras financeiras	-	-	-	-	7.892	7.892
Títulos privados no exterior	71.166	-	71.166	57.656	-	57.656
Títulos de renda fixa – públicos						
Notas do tesouro nacional – NTN-B	223.530	-	223.530	218.457	-	218.457
Notas do tesouro nacional – NTN-F	67.496	-	67.496	69.515	-	69.515
Títulos públicos no exterior	73.644	-	73.644	70.960	-	70.960
Total	635.052	72.722	707.774	581.042	89.909	670.951

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro 2020	295.490	240.088	535.578
(+) Aplicações	510.306	208.478	718.784
(-) Resgates	(608.547)	(81.925)	(690.472)
(+) Rendimentos	5.873	25.399	31.272
(+/-) Oscilação cambial	219	10.771	10.990
(+/-) Ajuste ao valor justo	(357)	(13.922)	(14.279)
(+) Incorporação Resseguros Especiais	2.897	76.585	79.482
(-) Provisão desvalorização título renda fixa	-	(404)	(404)
Saldo final em 31 de dezembro 2021	205.881	465.070	670.951
(+) Aplicações	237.573	54.650	292.223
(-) Resgates	(217.414)	(59.011)	(276.425)
(+) Rendimentos	13.067	24.256	37.323
(+/-) Oscilação Cambial	(195)	(5.420)	(5.615)
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(10.683)	(10.683)
Saldo final em 30 de junho de 2022	238.912	468.862	707.774

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

d) Derivativos

d.1) Exposição

Descrição	Vencimento	Exposição	Valor a receber
		30/06/2022	30/06/2022
Contratos futuros			
Compromisso de venda			
Taxa de câmbio – dólar futuro	01/08/2022	26.657	105

Descrição	Vencimento	Exposição	Valor a pagar
		31/12/2021	31/12/2021
Contratos futuros			
Compromisso de venda			
Taxa de câmbio - dólar futuro	01/02/2022	24.714	510

d.2) Margens dadas em garantia

30/06/2022			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
NTN-B	15/08/2050	981	3.979
Total			

31/12/2021			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	01/03/2024	405	1.793
Total			

6. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil – BACEN, através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas respectivas alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte dos resseguradores locais. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão de prêmios não ganhos	555.582	451.703
Provisão de sinistros a liquidar	632.504	570.988
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	403.869	337.163
Provisão de despesas relacionadas	9	10
Provisão de excedentes técnicos	17.170	14.341
Total das provisões técnicas	1.609.134	1.374.205
Direitos creditórios	(345.002)	(284.444)
Custo de aquisição diferido redutores	(5.230)	(4.137)
Ativos de resseguro redutores de PDR	(2)	-
Ativos de retrocessão cedida redutores de IBNR	(211.281)	(157.009)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PSL	(348.507)	(303.717)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PPNG	(95.495)	(68.155)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PET	(7.711)	(3.160)
Total das exclusões	(1.013.228)	(820.622)
Total das provisões técnicas para cobertura	595.906	553.583
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:		
Letras financeiras do tesouro – LFT	180.582	149.519
Notas do tesouro nacional – NTN-B	177.232	200.666
Notas do tesouro nacional – NTN-F	67.496	69.516
Quotas de fundos de investimentos	24.687	37.653
Quotas de fundo de investimento imobiliário	13.833	11.773
Títulos privados	33.026	48.885
Título público no exterior	73.644	70.959
Título privado no exterior	71.166	57.656
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	641.666	646.627
Ativos vinculados em excesso	45.760	93.044

7. Crédito das operações com resseguros

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prêmios a receber (a)	646.047	577.642
Recuperação de corretagem	224	191
Recuperação Prêmio Retrocessão	11.844	24.256
Recuperação de sinistro	63.023	66.938
Outros créditos a receber	1.931	5.881
Total	723.069	674.908
Total circulante	710.440	656.123
Total não circulante	12.629	18.785

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

d) Prêmios a receber

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	54.450	43.414
De 31 a 60 dias	19.631	33.958
De 61 a 120 dias	30.674	29.046
De 121 a 180 dias	355.922	288.394
De 181 a 360 dias	117.162	115.483
Superior a 360 dias	12.629	18.785
Total de prêmios a vencer	590.468	529.080
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	18.275	11.504
De 31 a 60 dias	4.981	5.668
De 61 a 120 dias	8.117	7.342
De 121 a 180 dias	3.244	3.874
De 181 a 360 dias	6.305	6.332
Superior a 360 dias	20.464	21.983
Total de prêmios vencidos	61.386	56.703
Provisão para perda de valor recuperável	(5.807)	(8.141)
Total de prêmios a receber	646.047	577.642
Movimentação dos prêmios a receber:	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	577.642	540.771
(+) Prêmios emitidos (*)	699.629	979.156
(+/-) Riscos vigentes não emitidos (*)	(5.928)	(1.269)
(-) Recebimentos	(627.630)	(942.544)
(+/-) Redução ao valor recuperável	2.334	406
(+) Incorporação Re Especiais – Prêmio	-	2.905
(-) Incorporação Re Especiais – RVR	-	(1.783)
Saldo final	646.047	577.642

(*) Valor inclui variação cambial e cancelamentos.

8. Títulos e créditos a receber

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Títulos e créditos a receber	7.530	8.867
Ressarcimento a receber (a)	4.228	3.018
Participação nos lucros a receber	3.302	5.849
Créditos tributários e previdenciários (b)	61.013	71.625
Outros créditos	860	267
Total	69.403	80.759
Total circulante	20.213	30.012
Total não circulante	49.190	50.747

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

a) *Aging* de ressarcimentos e salvados a receber (efetivo e estimado) por grupo de ramo:

<u><i>Aging de permanência</i></u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Patrimonial		
De 181 a 365 dias	-	-
Superior a 365 dias	303	322
Riscos financeiros		
De 1 a 30 dias	-	1.480
De 121 a 180 dias	20	-
De 181 a 365 dias	1.480	-
Superior a 365 dias	32.118	32.118
Exterior		
De 1 a 30 dias	1.196	-
Redução ao valor recuperável	(30.618)	(30.618)
Total do aging	4.499	3.302
Ressarcimentos	4.228	3.018
Salvados (*)	271	317

<u><i>Expectativa de realização</i></u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Patrimonial		
De 331 a 360 dias	303	322
Riscos financeiros		
De 1 a 30 dias	-	176
De 331 a 360 dias	3.000	-
De 361 a 390 dias	30.618	33.422
Transportes		
De 331 a 360 dias	33	33
Exterior		
De 331 a 360 dias	1.196	-
Redução ao valor recuperável	(30.618)	(30.618)
Total do aging	4.532	3.335
Ressarcimentos	4.228	3.018
Salvados (*)	271	317

(*) Os montantes referentes a salvados encontram-se registrados na rubrica de outros valores e bens

b) Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários de PIS e COFINS estão representados principalmente sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar – PSL e Sinistros ocorridos, mas não avisados – IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Impostos a compensar / recuperar (i)	1.141	1.144
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (ii)	4.785	14.371
Crédito tributário Pis e cofins(iii)	8.897	8.346

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

IR e CS diferido (iv)	46.190	47.764
Total	61.013	71.625
Total Circulante	14.823	23.859
Total não Circulante	46.190	47.766

- (i) Refere-se a créditos tributários provenientes de IRRF retido no Exterior;
(ii) Montantes a receber provenientes de PIS e COFINS e IR e CS pagos a maior;
(iii) Os créditos tributários de PIS e COFINS possuem perspectiva de realização no curto prazo, principalmente os créditos calculados sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar – PSL e Sinistros ocorridos, mas não avisados – IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro; e
(iv) Refere-se a crédito tributário provenientes de tributos diferidos sobre diferenças temporárias e de base negativa.

Apresentamos abaixo o quadro com os créditos e débitos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	31/12/2021	Adições	Baixas	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	30/06/2022
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	4.545	21.549	(19.080)	(1.804)	4.273	7.014
Ajuste a Valor de Mercado Negociação	(10.202)	10.398	(8.193)	2.205	-	(7.997)
Ajuste a Valor de Mercado Venda	5.656	5.318	(1.227)	(182)	4.273	9.747
Outras provisões	8.928	5.808	(9.638)	(3.830)	-	5.098
Arrendamentos	163	25	(22)	3	-	166
Impostos diferidos sobre base negativa:	43.219	5	(4.048)	(4.043)	-	39.176
Prejuízo fiscal – IRPJ	26.866	3	(2.530)	(2.527)	-	24.339
Base negativa – CSLL	16.353	2	(1.518)	(1.516)	-	14.837
Total	47.764	21.554	(23.128)	(5.847)	4.273	46.190

	31/12/2020	Adições	Baixas	Incorporação Re Especiais	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	31/12/2021
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	(8.403)	35.625	(24.317)	1.640	5.740	5.568	4.545
Ajuste a Valor de Mercado Negociação	(10.034)	12.085	(12.253)	-	(168)	-	(10.202)
Ajuste a Valor de Mercado Venda	(1.552)	9.664	(4.096)	1.640	-	5.568	5.656
Outras provisões	3.183	13.130	(7.385)	-	5.745	-	8.928
Adoção IFRS 16	-	746	(583)	-	163	-	163
Impostos diferidos sobre base negativa:	47.268	1.598	(5.647)	-	(4.049)	-	43.219
Prejuízo fiscal – IRPJ	29.442	988	(3.564)	-	(2.576)	-	26.866
Base negativa – CSLL	17.826	610	(2.083)	-	(1.473)	-	16.353
Total	38.865	37.223	(29.964)	1.640	1.691	5.568	47.764

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

c) Estimativas de realização dos créditos tributários

As estimativas de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 30 de junho de 2022, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros da Companhia, com base em estudos e projeções da administração, são os seguintes:

Ano	IR	%	CSLL	%
2022	1.888	8%	1.132	8%
2023	4.418	18%	2.651	18%
2024	5.130	21%	3.078	21%
2025	6.497	27%	3.898	26%
2026	6.406	26%	4.078	27%
Totais	24.339	100%	14.837	100%

9. Custos de aquisição diferidos

A Companhia apresentava um saldo de custo de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

<u>Grupos / Ramos</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Patrimonial	5.166	4.911
Riscos Especiais	52	68
Responsabilidades	753	608
Transportes	1.963	1.774
Riscos Financeiros	784	790
Pessoas Coletivo	292	285
Rural	55	9
Marítimos	815	414
Aeronáuticos	4.007	3.205
Aceitações do exterior	4.735	5.976
Outros	1.255	997
Total	19.877	19.037
Total circulante	17.394	17.184
Total não circulante	2.483	1.853

A Companhia apresentava movimentação consolidada de custo de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>Constituição</u>	<u>Diferimento/ cancelamento</u>	<u>30/06/2022</u>
Patrimonial	4.911	1.500	(1.245)	5.166
Riscos Especiais	68	-	(16)	52
Responsabilidades	608	176	(31)	753
Transportes	1.774	813	(624)	1.963
Riscos Financeiros	790	148	(154)	784
Pessoas Coletivo	285	147	(140)	292
Rural	9	48	(2)	55
Marítimos	414	498	(97)	815
Aeronáuticos	3.205	1.434	(632)	4.007
Aceitações do exterior	5.976	400	(1.641)	4.735
Outros	997	636	(378)	1.255

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Total **19.037** **5.800** **(4.960)** **19.877**

	31/12/2020	Incorporação Re Especiais	Constituição	Diferimento / cancelamento	31/12/2021
Patrimonial	2.963	-	3.291	(1.343)	4.911
Riscos Especiais	8	-	72	(12)	68
Responsabilidades	374	-	262	(28)	608
Transportes	1.874	-	1.226	(1.326)	1.774
Riscos Financeiros	839	1	104	(154)	790
Pessoas Coletivo	350	-	269	(334)	285
Rural	33	-	2	(26)	9
Marítimos	672	-	218	(476)	414
Aeronáuticos	1.875	-	2.592	(1.262)	3.205
Aceitações do exterior	4.596	-	4.613	(3.233)	5.976
Outros	945	-	734	(682)	997
Total	14.529	1	13.383	(8.876)	19.037

10. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2021	Aquisições	Amortização	30/06/2022
Direito de uso software terceiros	20%	1.854	806	(739)	1.921
Outros intangíveis (i)		13.913	-	-	13.913
Total		15.767	806	(739)	15.834

	Taxa anual de amortização	31/12/2020	Aquisições	Amortização	31/12/2021
Direito de uso software terceiros	20%	1.349	1.153	(648)	1.854
Outros intangíveis (i)	-	13.913	-	-	13.913
Total		15.262	1.153	(648)	15.767

(i) refere-se ao ágio (*goodwill*) gerado na aquisição da Terra Brasis Resseguros.

11. Débitos das operações com resseguros – Operações com resseguradoras

	30/06/2022	31/12/2021
Prêmios de retrocessão cedida	588.279	443.209
Comissão	(149.951)	(129.588)
Sinistros	37.456	50.591
Redução ao valor recuperável	(31.610)	(31.316)
Outros	5.779	12.050
Total	449.953	344.946
Total circulante	438.370	331.966
Total não circulante	11.583	12.980

Austral Resseguradora S.A.
Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, Parte - Leblon - CEP: 22431-002 – Rio de Janeiro / RJ - Brasil
Central de Atendimento: +55 21 3125-5500 - Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800.767.0097

www.australre.com

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

12. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de resseguro e prêmios de retrocessão aceita, cujos contratos ainda não foram identificados, sendo classificados no passivo circulante. O *aging* de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aging de depósitos de terceiros:		
De 1 a 30 dias	28.766	41.657
De 31 a 60 dias	3.262	508
De 61 a 120 dias	5.883	556
De 121 a 180 dias	2.261	377
De 181 a 360 dias	1.808	1.653
Superior a 360 dias	3.244	2.363
Total	45.224	47.114

13. Provisões judiciais

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía nenhuma ação judicial de natureza trabalhista ou tributária, possuindo apenas ações judiciais de natureza cível que se encontram provisionadas na rubrica de provisão de sinistro a liquidar judicial no montante de R\$ 64 (R\$ 44 em 31 de dezembro de 2021).

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	44	36
Adições	20	8
Total	64	44

Em 30 de junho de 2022, a Companhia possui 10 ações com probabilidade de perda remota (11 em 31 de dezembro de 2021). Os valores reclamados dessas causas somam, respectivamente, R\$ 455 (R\$ 534 em 31 de dezembro de 2021). Todas as causas possuem natureza cível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

14. Provisões técnicas

a) Saldo

Os saldos das provisões técnicas estão apresentados a seguir:

	30 de junho de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Provisões de sinistro, administrativas e de prêmios						
Provisão de sinistros a liquidar	632.504	(348.507)	283.997	570.988	(303.717)	267.271
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	403.869	(211.281)	192.588	337.163	(157.010)	180.153
Provisão de despesas relacionadas	9	(2)	7	10	-	10
Provisão total de sinistros	1.036.382	(559.790)	476.592	908.161	(460.727)	447.434
Provisões de Prêmios						
Provisão de prêmios não ganhos	555.582	(337.109)	218.473	451.703	(237.931)	213.772
Provisão de excedente técnico	17.170	(7.711)	9.459	14.341	(3.160)	11.181
Provisão total de prêmios	572.752	(344.820)	227.932	466.044	(241.091)	224.953
Total	1.609.134	(904.610)	704.524	1.374.205	(701.818)	672.387
Total circulante	1.501.041	(840.033)	661.008	1.285.217	(648.201)	637.016
Total não circulante	108.093	(64.577)	43.516	88.988	(53.617)	35.371

b) Movimentação

As movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela a seguir:

	30 de junho de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Desenvolvimento da provisão de PSL						
Em 1º de janeiro	570.988	(303.717)	267.271	540.583	(291.535)	249.048
Incorporação Re Especiais	-	-	-	25.916	(25.916)	-
Sinistros ocorridos	422.038	(132.984)	289.054	628.518	(222.596)	405.922
Sinistros pagos	(348.916)	88.310	(260.606)	(634.708)	250.230	(384.478)
Variação cambial	(11.616)	(116)	(11.732)	10.681	(13.900)	(3.219)
Atualização monetária	10	-	10	(2)	-	(2)
No final do período	632.504	(348.507)	283.997	570.988	(303.717)	267.271
Desenvolvimento da provisão de IBNR						
Em 1º de janeiro	337.163	(157.010)	180.153	274.869	(115.558)	159.311
Incorporação Re Especiais	-	-	-	12.180	(12.180)	-
Variação do IBNR	66.706	(54.271)	12.435	50.114	(29.272)	20.842

Austral Resseguradora S.A.
Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, Parte - Leblon - CEP: 22431-002 - Rio de Janeiro / RJ - Brasil
Central de Atendimento: +55 21 3125-5500 - Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800.767.0097

www.australre.com

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

No final do período	403.869	(211.281)	192.588	337.163	(157.010)	180.153
Desenvolvimento da provisão de PDR						
Em 1º de janeiro	10	-	10	2	-	2
Incorporação Re Especiais	-	-	-	8	(8)	-
Varição do PDR	(1)	(2)	(3)	-	8	8
No final do período	9	(2)	7	10	-	10
Desenvolvimento das provisões de prêmios – PPNG						
Em 1º de janeiro	451.703	(237.931)	213.772	371.126	(195.570)	175.556
Incorporação Re Especiais	-	-	-	23	(23)	-
Prêmios emitidos	722.800	(343.166)	379.634	948.714	(402.914)	545.800
Prêmio ganho	(616.344)	244.057	(372.287)	(870.854)	362.395	(508.459)
Varição cambial	(2.577)	(69)	(2.646)	2.694	(1.819)	875
No final do período	555.582	(337.109)	218.473	451.703	(237.931)	213.772
Desenvolvimento das provisões de prêmios – PET						
Em 1º de janeiro	14.341	(3.160)	11.181	8.955	(2.060)	6.895
Incorporação Re Especiais	-	-	-	-	-	-
Varição do Excedente Técnico	2.829	(4.551)	(1.722)	4.648	(1.687)	2.961
No final do período	17.170	(7.711)	9.459	13.603	(3.747)	9.856

15. Desenvolvimento de sinistros

Devido às particularidades das operações de resseguro, a Companhia não possui informações detalhadas de cada sinistro oriundo de contratos automáticos com a evolução individualizada do seu valor no tempo. Assim, esse montante de sinistro varia à medida que as informações mais atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

A seguir apresentaremos o desenvolvimento dos sinistros avisados à Companhia por ano de subscrição, os pagamentos de sinistros e a atualização de sinistros judiciais de cada ano. Nessa análise, os contratos subscritos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio informada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, na data base de 30 de junho de 2022.

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de resseguro:

Ano de aviso	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano de subscrição	13.972	107.025	111.969	190.399	172.680	596.045
Um ano após o ano de subscrição	279.056	391.067	200.512	167.899	-	1.038.534
Dois anos após o ano de subscrição	186.391	216.840	192.273	-	-	595.504
Três anos após o ano de subscrição	73.249	102.283	-	-	-	175.532
Quatro anos após o ano de subscrição	21.796	-	-	-	-	21.796
Cinco anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-
Total	574.464	817.215	504.754	358.298	172.680	2.427.411
Ano	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Juros judicial	-	-	-	-	-	-

AUSTRAL/Re

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Pagamentos	521.988	711.750	341.979	249.284	160.347	1.985.348
Posição em 30/06/2022						442.063
Passivo em relação a anos anteriores a 2018						198.015
Expectativa de salvados/ressarcimento						(7.574)
Posição ajustada PSL						632.504

Ano de aviso	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano de subscrição	179.809	221.066	57.376	191.642	139.235	219.286	1.008.414
Um ano após o ano de subscrição	177.672	285.810	407.092	481.081	298.468	-	1.650.123
Dois anos após o ano de subscrição	54.566	148.478	123.693	132.452	-	-	459.189
Três anos após o ano de subscrição	4.111	(3.800)	6.997	-	-	-	7.308
Quatro anos após o ano de subscrição	(6.634)	681	-	-	-	-	(5.953)
Cinco anos após o ano de subscrição	3.167	-	-	-	-	-	3.167
Total	412.691	652.235	595.158	805.175	437.703	219.286	3.122.248

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Juros judicial	-	-	-	-	-	-	-

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Pagamentos	386.512	609.366	533.584	686.665	284.521	175.312	2.675.960

Posição em 31/12/2021							446.288
Passivo em relação a anos anteriores a 2016							131.925
Expectativa de salvados/ressarcimento							(7.225)
Posição ajustada PSL							570.988

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

16. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 338.669, dividido em 313.597.651 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída ao final do exercício por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

d) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Patrimônio líquido	360.240	341.974
Ajustes contábeis	(55.328)	(59.257)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	4.812	7.645
Patrimônio líquido ajustado – PLA	309.724	290.362
Capital base - CB (a)	60.000	60.000
Capital adicional de risco de subscrição	105.280	77.650
Capital adicional de risco operacional	8.474	5.927
Capital adicional de risco de crédito	48.301	36.737
Capital adicional de risco de mercado	19.981	14.704
Benefício da diversificação	(30.609)	(22.842)
Capital de risco - CR (b)	151.427	112.176
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	151.427	112.176
Patrimônio líquido ajustado	309.724	290.362
(-) Exigência de capital - EC	151.427	112.176
Suficiência de capital - R\$	158.297	178.186
Suficiência de capital (% PLA / CMR)	205%	259%

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações posteriores, preveem que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre o capital base e o capital de risco.

17. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 30 de junho de 2022 e 2021, estão reconciliados, como se segue:

	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2021</u>
Resultado antes dos impostos e participações sobre o lucro (*)	37.694	37.694	(2.303)	(2.303)
Alíquota nominal (**)	25%	15%	25%	15%
Impostos à alíquota nominal	(9.424)	(5.654)	576	345
<u>Adições e exclusões temporárias:</u>				
Variação cambial	(5.858)	(5.858)	4.451	4.451
Ajuste TVM	5.513	5.513	7.073	7.073
Participação nos lucros	(4.724)	(4.724)	(1.170)	(1.800)
Outras	1.015	1.015	(911)	(911)
	(4.054)	(4.054)	9.443	8.813
<u>Adições e exclusões definitivas:</u>				
Despesas indedutíveis	52	52	1.031	47
IRPJ e CSSL correntes	(5.848)	(3.537)	(1.996)	(983)
IRPJ e CSSL diferidos	(3.540)	(2.307)	2.379	1.333
Total Despesa IRPJ e CSSL	(9.388)	(5.844)	383	350
Alíquota efetiva	-24,90%	-15,51%	-16,60%	-15,17%

(*) No Resultado antes dos impostos está sendo somado o montante referente a Participações sobre o lucro que em 30 de junho de 2021 é de R\$ 117 (R\$57 em 30 de junho de 2021)

(**) Em 1º de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 (MP 1.034/21) que majorou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas de seguros privados de 15% para 20%, a partir de julho de 2021. A referida MP foi convertida na Lei nº 14.183/21, publicada em 15 de julho de 2021, que manteve a alíquota elevada até 31 de dezembro de 2021, retornando ao seu patamar anterior de 15% a partir de 1º de janeiro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

18. Transações com partes relacionadas

Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		
	Classificação	30/06/2022	31/12/2021
Austral Seguradora S.A.(a)	Outras partes relacionadas	44.406	51.627
Total		44.406	51.627

	Passivo		
	Classificação	30/06/2022	31/12/2021
Austral Participações S.A.(d)	Controladora	-	11.900
Austral Participações S.A.(e)	Controladora	230	-
Austral Seguradora S.A.(a)	Outras partes relacionadas	36.621	30.891
Vinci Gestora de Recursos (b)	Outras partes relacionadas	51	47
Total		36.902	42.838

	Receitas		
	Classificação	30/06/2022	30/06/2021
Austral Seguradora S.A.(a)	Outras partes relacionadas	23.085	16.289
Total		23.085	16.289

	Despesas		
	Classificação	30/06/2022	30/06/2021
Austral Seguradora S.A.(a)	Outras partes relacionadas	(13.834)	(1.487)
Vinci Gestora de Recursos (b)	Outras partes relacionadas	(294)	(80)
Administradores (c)	Pessoal chave	(945)	(567)
Total		(15.073)	(2.134)

- (a) São prêmios e recuperação de sinistros referentes a contratos de resseguros.;
 (b) São operações que envolvem pagamento de taxa de administração da carteira de investimento para a Austral Resseguradora S.A.;
 (c) Valor referente aos benefícios pagos e a pagar aos administradores (diretoria estatutária);
 (d) Valores referentes a JCP a pagar; e
 (e) Valores a pagar referente a reembolso de pagamentos arcados pela Participações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

19. Resultado por ação – básico e diluído

As tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) líquido dos períodos aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Resultado líquido do semestre	22.462	(1.570)
Média ponderada das ações	<u>313.598</u>	<u>302.648</u>
Resultado por lote de mil ação em R\$ - Básico e Diluído	0,0716	(0,0052)

O resultado por ação básico é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano.

O resultado por ação diluído é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo-se a média ponderada das ações em tesouraria. Em 30 de junho de 2022 e 2021, a Companhia não possuía fatores diluidores.

20. Grupos de ramos de atuação

Os grupos de ramo em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho em 30 de junho de 2022 e 2021 são:

Grupos de atuação	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade retida (%) (a)		Índice de Comercialização (%) (b)	
	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Patrimonial	152.627	89.568	54,56	139,92	2,89	3,52
Riscos especiais	146	357	39,30	(43,35)	9,97	7,65
Responsabilidades	37.315	24.572	84,55	57,00	0,60	0,87
Automóvel	187.384	102.200	98,28	96,84	0,04	0,06
Transportes	36.067	50.788	130,73	88,99	4,92	3,25
Riscos financeiros	27.416	22.977	3,03	15,67	1,04	0,80
Pessoas coletivo	6.144	9.271	(59,33)	291,47	5,14	3,77
Habitacional	2.615	1.312	79,61	30,42	4,63	3,28
Rural	(766)	(7.757)	(947,51)	223,02	(0,12)	(1,05)
Outros	(115)	726	188,99	18,06	(27,69)	3,97
Pessoas individual	6.434	5.402	50,84	38,21	1,11	0,02
Marítimos	11.878	8.925	31,21	(237,45)	6,39	6,02
Aeronáuticos	35.796	25.699	66,58	51,08	10,26	8,00
Petróleo	12.864	9.581	284,55	16,15	4,44	4,95
Saúde	5.822	2.148	146,19	191,70	3,27	6,56
Aceitações do exterior	91.888	71.610	63,03	51,32	5,21	5,88
Total	613.515	417.378	79,27	80,89	2,82	3,17

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Grupos de atuação	Prêmio ganho retido		Índice de sinistralidade retida (%) (a)		Índice de Comercialização (%) (b)	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Patrimonial	152.627	25.658	54,56	35,20	2,89	3,52
Riscos especiais	146	327	39,30	(6,86)	9,97	7,65
Responsabilidades	37.315	5.892	84,55	19,28	0,60	0,87
Automóvel	187.384	101.952	98,28	96,74	0,04	0,06
Transportes	36.067	14.208	130,73	21,40	4,92	3,25
Riscos financeiros	27.416	3.586	3,03	10,60	1,04	0,80
Pessoas coletivo	6.144	3.506	(59,33)	130,85	5,14	3,77
Habitacional	2.615	952	79,61	20,76	4,63	3,28
Rural	(766)	(3.890)	(947,51)	56,71	(0,12)	(1,05)
Outros	(115)	1.231	188,99	8,07	(27,69)	3,97
Pessoas individual	6.434	3.291	50,84	22,53	1,11	0,02
Marítimos	11.878	3.500	31,21	10,63	6,39	6,02
Aeronáuticos	35.796	11.697	66,58	19,55	10,26	8,00
Petróleo	12.864	3.151	284,55	(1,39)	4,44	4,95
Saúde	5.822	2.147	146,19	191,51	3,27	6,56
Aceitações do exterior	91.888	58.069	63,03	44,73	5,21	5,88
Total	613.515	235.277	79,27	47,84	2,82	3,17

(a) Índice de sinistralidade = {indenizações avisadas + despesas com sinistros + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)} / Prêmio Ganho.

(b) Índice de comercialização = custo de aquisição / Prêmio Ganho.

A composição de prêmios de resseguro e retrocessão aceita (prêmio emitido líquido) antes e depois dos prêmios cedidos em retrocessão está demonstrada abaixo para os exercício findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

Prêmio de retrocessão cedida por classe de Companhia:

	Prêmio emitido líquido		Prêmio cedido retrocessão		Prêmio líquido (-) retrocessão = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual retrocedido	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Patrimonial	186.267	97.648	(138.806)	(70.753)	47.461	26.895	25,48	27,54	74,52	72,46
Riscos especiais	-	318	-	(23)	-	295	0,00	92,77	0,00	7,23
Responsabilidades	62.389	30.781	(52.135)	(23.187)	10.254	7.594	16,44	24,67	83,56	75,33
Automóvel	187.275	90.042	(26)	(70)	187.249	89.972	99,99	99,92	0,01	0,08
Transportes	64.624	50.237	(47.645)	(39.285)	16.979	10.952	26,27	21,80	73,73	78,20
Riscos financeiros	36.941	19.421	(33.034)	(16.278)	3.907	3.143	10,58	16,18	89,42	83,82
Pessoas coletivo	6.084	7.790	(2.496)	(5.702)	3.588	2.088	58,97	26,80	41,03	73,20
Habitacional	4.498	1.514	(1.432)	(361)	3.066	1.153	68,16	76,16	31,84	23,84
Rural	(2.242)	(16.006)	2.057	8.657	(185)	(7.349)	8,25	45,91	91,75	54,09
Outros	77	429	22	517	99	946	128,57	220,51	(28,57)	(120,51)
Pessoas individual	10.405	5.581	(4.246)	(2.184)	6.159	3.397	59,19	60,87	40,81	39,13
Marítimo	14.252	9.029	(5.861)	(5.328)	8.391	3.701	58,88	40,99	41,12	59,01
Aeronáuticos	49.608	32.323	(31.608)	(18.924)	18.000	13.399	36,28	41,45	63,72	58,55
Petróleo	7.204	11.420	(2.761)	(8.957)	4.443	2.463	61,67	21,57	38,33	78,43
Saúde	5.321	930	-	-	5.321	930	100,00	100,00	0,00	-
Aceitações do exterior	90.097	71.427	(25.192)	(15.284)	64.905	56.143	72,04	78,60	27,96	21,40
Total	722.800	412.884	(343.163)	(197.162)	379.637	215.722	52,52	52,25	47,48	47,75

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Resseguradora local	9.181	(1.969)
Resseguradora admitida	225.961	141.490
Resseguradora eventual	108.021	57.641
Total	343.163	197.162

Prêmio de resseguro e retrocessão aceita por classe:

Seguradora	709.330	416.292
Resseguradora local	1.524	(11.772)
Resseguradora admitida	46	2.596
Resseguradora eventual	11.900	5.768
Total	722.800	412.884

21. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. (“Austral Participações”), controladora da Companhia.

O primeiro plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reuniões do comitê de gestão realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese que o contrato de trabalho do beneficiário seja rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de março de 2022, foi aprovado o terceiro plano de opção de compra de ações Austral Participações S.A. (“Austral Participações”), controladora da Companhia.

O terceiro plano estabelece os termos e condições gerais de outorga de opções de compra de ações ordinárias e/ou preferenciais (caso existam no momento da entrega de cada ação) de emissão da Austral Participações aos administradores, colaboradores e/ou pessoas naturais que prestem serviços à Austral Participações, e outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela da Austral Participações e/ou às demais sociedades do grupo econômico, sendo certo que, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo referido plano, este será liquidado em ações da Austral Participações, caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento do preço de exercício a ser efetuado pelo beneficiário.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2022, foi aprovada a outorga de 21.538.172 opções de compra de ações no âmbito do terceiro plano. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os beneficiários em 01 de abril de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

As 26.168.969 opções em aberto representam uma diluição de até 8,5% sobre um total de 281.519.205 ações da Austral Participações.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Companhia, que fizeram jus às opções da Austral Participações está registrado no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital no período findo em 30 de junho de 2022, no montante de R\$ 4.286 (R\$ 2.072 em 31 de dezembro de 2021).

22 . Detalhamento de contas de resultado

a) <u>Prêmios de resseguro</u>	30/06/2022	30/06/2021
Prêmio de resseguros	714.342	425.216
Prêmio risco vigente não emitido	(5.011)	(8.924)
Retrocessões aceitas	13.469	(3.408)
Variações das provisões técnicas	(109.285)	4.494
Total	613.515	417.378
b) <u>Sinistros ocorridos</u>	30/06/2022	30/06/2021
Indenizações avisadas	(421.515)	(320.016)
Despesa com sinistro	(522)	(756)
Salvados e Ressarcimentos	2.392	3.262
Variações de sinistros ocorridos e não avisados	(66.707)	(16.098)
Total	(486.352)	(333.608)
c) <u>Custos de aquisição</u>	30/06/2022	30/06/2021
Comissões	(18.339)	(13.685)
Variações de despesas de comercialização diferidas	1.031	473
Total	(17.308)	(13.212)
d) <u>Outras receitas e despesas operacionais</u>	30/06/2022	30/06/2021
Outras receitas de resseguro	33	350
Tarifa bancária	(77)	(3)
Despesas de administração de contratos	(1.308)	(1.315)
Participação nos lucros de resseguro aceito	(8.764)	(1.103)
Participação nos lucros de retrocessão aceita	(58)	(3)
Outras despesas de resseguro	-	(2.038)
Redução ao valor recuperável - Prêmios	2.334	178
Redução ao valor recuperável - Corretagem	(14)	44
Total	(7.854)	(3.890)

30/06/2022

30/06/2021

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

e) Resultado com retrocessão

Sinistros ocorridos e não avisados	54.272	5.684
Despesa com sinistro	214	136
Recuperação de indenização	132.773	129.219
Redução ao valor recuperável - Recuperação de indenização	(745)	648
Salvados e ressarcimentos	(1.063)	(1.100)
Redução ao valor recuperável - Prêmio cedido	(368)	(290)
Outros créditos	1.975	344
Prêmio de retrocessão cedido	(343.166)	(197.162)
Receita com participação nos lucros	755	377
Variações de prêmio retrocessão cedido	103.660	15.060
Outras despesas	(200)	(3)
Total	(51.893)	(47.087)

f) Despesas administrativas

	30/06/2022	30/06/2021
Pessoal próprio e encargos sociais	(10.684)	(10.528)
Incentivo baseado em ações	(2.214)	-
Localização e funcionamento	(1.522)	(954)
Serviços de terceiros	(10.830)	(5.762)
Depreciação e amortização	(1.705)	(676)
Publicidade e propaganda	(136)	(70)
Donativos e contribuições	(34)	(28)
Outros	(448)	(731)
Total	(27.573)	(18.749)

g) Despesa com tributo

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas com COFINS	(6.572)	(3.752)
Despesas com PIS	(1.237)	(784)
Taxa de fiscalização	(1.396)	(1.038)
Outras	(2.645)	(726)
Total	(11.850)	(6.300)

h) Resultado financeiro

	30/06/2022	30/06/2021
Receitas financeiras		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	16.166	6.561
Títulos disponíveis para venda	51.997	19.578
Operações com derivativos	13.148	1.882
Operações de resseguros	116.963	69.302
Valorização cambial do disponível	5.872	2.330
Outras receitas	677	2.143
Total receitas financeiras	204.823	101.796
Despesas financeiras		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	(3.099)	(4.053)
Títulos disponíveis para venda	(33.759)	(21.796)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os períodos de seis meses findos em
30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Provisão Desvalorização Títulos Renda Fixa (Debênture)	404	-
Operações com derivativos	(16.789)	(1.072)
Operações de resseguros	(116.531)	(66.598)
Desvalorização cambial do disponível	(7.571)	(3.377)
Outras despesas	(352)	(1.678)
Total despesas financeiras	(177.697)	(98.574)
Total resultado financeiro	27.126	3.222

23. Responsáveis

Conselheiros

Bruno Augusto Sacchi Zaremba
Gabriel Felzenszwalb
Rodolfo Riechert

Diretor-presidente

Bruno de Abreu Freire

Diretoria

Rodolfo Arashiro Rodriguez
Arthur Farme d'Amoed Neto

Controller

Mauro Reis D Almeida

Contadora:

Ana Schaefer
CRC RJ -113827/O-0

Atuária

Brenda Fucci Cantisano
MIBA nº 2904